



Relatório das Contas de Governo

Município de Colônia do Piauí

2022

RELATÓRIO DAS CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

TC/004321/2022

Exercício de Referência: 2022

Tipo de Processo	CONTAS DE GOVERNO
Relator(a)	FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES
Procurador(a)	JOSE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR

Ato Originário: Plano Anual de Controle Externo – PACEX 2023/2024, aprovado pela Decisão Plenária nº 008/2023 de 30/03/2023, publicado no DOE TCEPI nº 068/2023 de 12/04/2023 (Processo SEI nº 101345/2023).

Objetivo: Avaliação das contas do Chefe do Poder Executivo municipal, visando subsidiar a emissão de Parecer Prévio das Contas de Governo.

Credenciamento: Portaria nº 509/2023 de 06/07/2023, publicado no DOE TCEPI nº 126/2023 de 07/07/2023.

Composição da Equipe de Fiscalização	Matrícula
JOSE DE JESUS CARDOSO DA CUNHA (Coordenador)	97037-9
ALBERTO MIRANDA DE ARAÚJO (Supervisor)	96470-X

Gestor	CPF	Período	
		Início	Fim
SELINDO MAURO CARNEIRO TAPETI SEGUNDO (PREFEITO)	003.XXX.543-43	01/01/2022	31/12/2022

Responsável Contábil	CPF/CNPJ	Início	Fim
VINICIUS MIRANDA SANTOS	666.XXX.233-53	01/01/2022	31/12/2022

Controlador	CPF	Início	Fim
JOSE MARTINS DA SILVA	709.XXX.923-68	01/01/2022	31/12/2022

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde	IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
BF - Balanço Financeiro	IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor
BPC - Benefício de Prestação Continuada	ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
BGM - Balanço Geral do Município	LC - Lei Complementar
BO - Balanço Orçamentário	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
BP - Balanço Patrimonial	LOA - Lei orçamentária anual
CF - Constituição Federal	LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
COSIP - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
DC - Dívida Consolidada	MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
DCL - Dívida Consolidada Líquida	PACEX - Plano Anual de Controle Externo
DFCONTAS - Diretoria de Fiscalização de Gestão e Contas Públicas	PCE - Prestação de Contas Eletrônica
DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa	PIB - Produto Interno Bruto
DOTCE - Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado	PPA - Plano Plurianual
DTP - Despesa Total com Pessoal	RCL - Receita Corrente Líquida
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais	RGF - Relatório de Gestão Fiscal
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	RGPS - Regime Geral de Previdência Social
FPM - Fundo de Participação dos Municípios	RITCE - Regimento Interno do Tribunal de Contas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	RP - Restos a Pagar
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
IDHm - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	SECEX - Secretaria de Controle Externo
IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal	SUAS - Sistema Único de Assistência Social
	SUS - Sistema Único de Saúde
	TC - Tomada de Contas
	TCE/PI - Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	VAAF - Valor Anual por Aluno
	VAAT - Valor Anual Total por Aluno

ILUSTRAÇÕES DO RELATÓRIO

Lista de Figuras

Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal	9
Figura 2 – Faixas de resultado do IEGM.....	42

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – IDHm do Estado do Piauí e do Município de Colônia do Piauí	10
Gráfico 2 – Série histórica do IDHm de Colônia do Piauí.....	10
Gráfico 3 – Posição no Ranking do Salário Médio - Município de Colônia do Piauí.....	11
Gráfico 4 – Receita Corrente Líquida mensal do exercício de 2022 (em milhões).....	19
Gráfico 5 – Despesa empenhada total por função	21
Gráfico 6 – Repasse mensal ao Poder Legislativo (em R\$)	32
Gráfico 7 – Fontes de recursos com disponibilidade de caixa líquida negativa.....	37
Gráfico 8 – Total das despesas com educação por subfunção	43
Gráfico 9 – Total das despesas com saúde por subfunção.....	45
Gráfico 10 – Total das despesas com assistência social por subfunção	46

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Benefícios pagos no exercício de 2022 em Colônia do Piauí.....	12
Tabela 2 – Instrumentos de planejamento do município de Colônia do Piauí	13
Tabela 3 – Despesas previstas nos instrumentos de planejamento de 2022	14
Tabela 4 – Total das alterações orçamentárias por tipo de crédito	15
Tabela 5 – Apuração do limite de abertura do crédito suplementar autorizado na LOA	15
Tabela 6 – Receitas orçamentárias do exercício de 2022	17
Tabela 7 – Receita tributária e COSIP de 2020 a 2022	18
Tabela 8 – Apuração da Receita Corrente Líquida	20
Tabela 9 – Detalhamento da despesa por categoria e grupo de natureza da despesa ..	21
Tabela 10 – Quadro da execução dos restos a pagar não processados.....	22
Tabela 11 – Quadro da execução dos restos a pagar processados	22
Tabela 12 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em MDE.....	23
Tabela 13 – Percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022	24
Tabela 14 – Despesas com recursos do FUNDEB por área de atuação	24
Tabela 15 – Contribuição para o FUNDEB	25
Tabela 16 – Recursos recebidos do FUNDEB	25

Tabela 17 – Apuração do limite mínimo de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica	26
Tabela 18 – Percentual das receitas recebidas do FUNDEB e não aplicadas no exercício	27
Tabela 19 – Percentual de aplicação do FUNDEB-VAAT na Educação Infantil	27
Tabela 20 – Percentual de aplicação do FUNDEB – VAAT em Despesas de Capital	28
Tabela 21 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em ASPS	28
Tabela 22 – Percentual dos gastos com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) de 2019 a 2022	29
Tabela 23 – Detalhamento da Despesa Total de Pessoal	30
Tabela 24 – Apuração do limite de despesa com pessoal	31
Tabela 25 – Apuração do limite de despesa com pessoal nos últimos 3 quadrimestres	31
Tabela 26 – Apuração da receita efetiva do exercício anterior	32
Tabela 27 – Apuração do limite de endividamento	33
Tabela 28 – Apuração do cumprimento do limite de contratação de operações de crédito	34
Tabela 29 – Análise das metas fiscais	35
Tabela 30 – Análise do cumprimento da regra de ouro	36
Tabela 31 – Análise da aplicação da receita de alienação de bens	36
Tabela 32 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	37
Tabela 33 – Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS considerando as despesas do Fundo Municipal de Saúde	39
Tabela 34 – Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS considerando as despesas do Fundo Municipal de Saúde e demais unidades de saúde	40
Tabela 35 – Evolução do indicador distorção idade-série de 2019 a 2022	44
Tabela 36 – Evolução da avaliação do portal da transparência de 2020 a 2022	46
Tabela 37 – Resumo da apuração dos limites constitucionais e legais	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL	9
2.1. Índice de desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	9
2.2. Produto Interno Bruto – PIB.....	10
2.3. Trabalho e Renda	11
2.4. Programas Sociais e benefícios previdenciários	11
3. APRECIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL	12
3.1. Instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)	12
3.1.1. Compatibilidade dos instrumentos de planejamento.....	13
3.1.2. Previsão da receita e fixação da despesa na LOA.....	14
3.1.3. Alterações orçamentárias.....	14
3.1.3.1 - Publicação de decretos de abertura de créditos adicionais fora do prazo	15
3.1.3.2 Decreto: Contabilização e Publicação de Valores Distintos.....	16
3.2. Receitas.....	17
3.2.1. Receita Tributária e COSIP	18
3.2.2. Receita Corrente Líquida - RCL	19
3.3. Despesas.....	20
3.3.1. Restos a Pagar.....	22
3.4. Apuração dos limites constitucionais e legais.....	23
3.4.1. Aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).....	23
3.4.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	24
3.4.2.1. Aplicação dos recursos do FUNDEB com os profissionais da Educação Básica	25
3.4.2.2. Apuração da receita do FUNDEB recebida e não aplicada no exercício	26
3.4.2.3. Apuração da aplicação da complementação – VAAT na educação infantil.....	27
3.4.2.4. Apuração da aplicação da complementação – VAAT em despesas de capital	28
3.4.3. Aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)	28
3.4.4. Apuração do limite de despesas de pessoal do Poder Executivo.....	30

3.4.5. Repasse do duodécimo ao Poder Legislativo	32
3.4.6. Limite da dívida consolidada líquida.....	33
3.4.7. Limite para contratação de operações de crédito	34
3.5. Metas fiscais	34
3.6. Verificação do cumprimento da “regra de ouro”	35
3.7. Aplicação da receita de alienações de bens.....	36
3.8. Análise do equilíbrio financeiro	36
3.9. Outras análises da execução orçamentária, financeira e fiscal	38
3.9.1. Execução de despesas com saúde – ASPS oriundas de recursos financeiros decorrentes de impostos e transferências constitucionais em unidades diversas dos fundos de saúde.....	38
4. APRECIÇÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO.....	40
4.1. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - DCASP	41
5. RESULTADO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL	42
5.1. Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM	42
5.2. Educação	43
5.2.1. Indicador distorção idade-série.....	43
5.3. Saúde.....	44
5.4. Assistência Social	45
5.5. Portal da transparência.....	46
6. RESUMO DOS ACHADOS	47
7. CONCLUSÃO.....	48
8. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	49

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório trata da análise das contas anuais do Município de **Colônia do Piauí**, exercício financeiro de 2022, com o objetivo de avaliar se o Chefe do Poder Executivo está exercendo adequadamente suas funções de governança para o atingimento dos macro-objetivos do governo com critérios operacionais, de conformidade e financeiros, visando subsidiar a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo.

O parecer e o voto que serão emitidos por este Tribunal, embasados neste relatório técnico e eventual contraditório, contribuirão para os Vereadores avaliarem a gestão municipal, considerando a realidade local.

Este relatório foi elaborado em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, [Resolução TCE/PI nº 11/2021, de 15 de julho de 2021](#), e demais critérios contidos na legislação vigente, compreendendo os seguintes aspectos:

- Avaliação da conjuntura econômica e social;
- Verificação da conformidade da execução orçamentária quanto ao cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como observância aos limites;
- Avaliação do Balanço Geral do Município;
- Avaliação dos resultados da atuação governamental na perspectiva das políticas públicas;
- Avaliação do portal da Transparência do Município.

Por fim, ressalta-se que a análise foi feita por amostragem, não eximindo o gestor de outras constatações posteriormente detectadas e não abrangidas nesta oportunidade.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

O município de **Colônia do Piauí** está inserido na mesorregião **Sudeste** e no Território de desenvolvimento **VALE DO RIO CANINDÉ**.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a área territorial do município é de **950 km²**, ocupando a **74^a** posição no estado. A população do município em **2022** é de **6.991** habitantes, sendo a **88^a** população do Estado de 224 municípios, apresentando densidade demográfica de **7,36 hab/km²**.

Mais informações sobre o município estão disponíveis no site institucional da Prefeitura Municipal <https://coloniadopiaui.pi.gov.br>.



Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

2.1. Índice de desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Com base nos dados do relatório PNUD, disponibilizados na plataforma Atlas Brasil¹, o município de **Colônia do Piauí** apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de **0.588**, em 2010 (último período avaliado), o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano **Baixo**, **abaixo do índice estadual de 0.646 para o mesmo período**.



¹ Plataforma Atlas Brasil disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

No gráfico a seguir é apresentada a série histórica do IDHM do município no período de 1991 a 2010 nas 3 dimensões (renda, longevidade e educação) e o índice geral.

Gráfico 1 – IDHm do Estado do Piauí e do Município de Colônia do Piauí

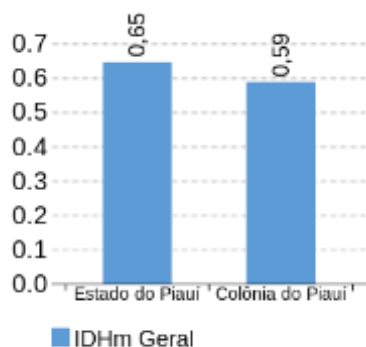
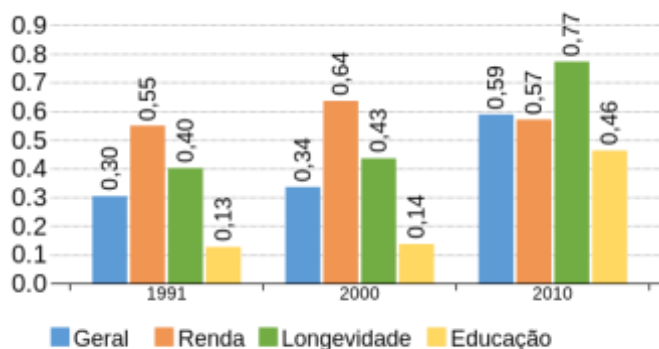


Gráfico 2 – Série histórica do IDHm de Colônia do Piauí



2.2. Produto Interno Bruto – PIB

Conforme o IBGE, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, sendo um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período.

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender uma realidade, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde.

A seguir, são apresentados os dados mais recentes do PIB geral e o per capita do município de Colônia do Piauí².

PIB	PIB per capita
R\$ 62,61 MI	R\$ 8.172,49
2020	2020

As três atividades com maior valor adicionado bruto no PIB do município são as seguintes:

- 1º) Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social;

² Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

2º) Demais serviços;

3º) Pecuária, inclusive apoio à pecuária.

2.3. Trabalho e Renda

Em relação ao trabalho e rendimento³, em **2021**, o município apresentava salário médio mensal de R\$ **2.123,34** para os trabalhadores formais, o que representa **1,9** salário(s) mínimo(s).

Em comparação com os demais municípios do Estado, **Colônia do Piauí** encontra-se na posição **69** em relação à média salarial dos trabalhadores formais.

Gráfico 3 – Posição no Ranking do Salário Médio - Município de Colônia do Piauí



Ainda, o município de **Colônia do Piauí** apresentava um total de **433** pessoas ocupadas⁴ em **2021**, o que representa **5,65%** de pessoas ocupadas em relação à população total do exercício.

2.4. Programas Sociais e benefícios previdenciários

Em 2022, os principais programas sociais e benefícios previdenciários que impactaram os municípios Piauienses foram: (i) o auxílio Brasil⁵; (ii) as aposentadorias, pensões e auxílios previdenciários do RGPS; e (iii) o Benefício de Prestação Continuada – BPC⁶.

Os beneficiários do município de **Colônia do Piauí**, durante o exercício, receberam um total de R\$ 10.834.931,45, conforme Tabela 1.

³ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

⁴ Pessoa ocupada, na metodologia do IBGE, é quando a pessoa exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa.

⁵ Programa social do Governo Federal de transferência de renda para famílias que estão em extrema pobreza ou em situação de pobreza, e que busca garantir a oferta das ações básicas e melhoria da qualidade de vida.

⁶ Benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que garante um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Tabela 1 – Benefícios pagos no exercício de 2022 em Colônia do Piauí

Tipo Benefício	Quantidade de benefícios*	Valor médio (R\$)*	Valor mensal (R\$)*	Valor anual (R\$)
Auxílio Brasil	1.798	402,32	723.365,00	7.981.976,00
BPC	29	1.212,06	35.149,79	352.702,75
Aposentadoria RGPS	120	1.076,03	129.123,71	1.622.743,99
Outros benefícios RGPS	70	1.099,26	76.948,12	877.508,71
Total	2.017	3.789,67	964.586,62	10.834.931,45

*Referência: Dezembro/2022. Observação: Benefícios agregados de acordo com a localização do órgão pagador. Não necessariamente reflete o município de residência do beneficiário.

Fonte: Ministério da Previdência Social e Portal da Transparência do Governo Federal

3. APRECIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL

Este capítulo tem como objetivo avaliar a adequação da execução orçamentária e financeira do exercício de **2022** quanto ao cumprimento das leis e normas pertinentes, notadamente no que tange às regras insculpidas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ressalta-se que o resultado dessa avaliação não se configura em certificação acerca da regularidade da gestão, ou seja, a certificação da regularidade da condução dos recursos públicos pela Administração. Assim, como não visa dar conformidade à aplicação da lei de licitação e contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) e outras não especificadas no escopo do trabalho.

Por fim, destaca-se que os indicadores apresentados neste capítulo são baseados nos dados enviados na prestação de contas mensal e anual do Sagres Contábil e Documentação Web.

3.1. Instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos integrados de planejamento, estando um vinculado ao outro, razão pela qual uma boa execução orçamentária necessariamente dependerá de um adequado planejamento tático-estratégico das ações estatais (PPA), pois dele deriva a LDO (elo entre o planejamento tático-estratégico e o orçamento propriamente dito) e a LOA.

A tabela a seguir apresenta a lei e a data de aprovação e publicação dos instrumentos de planejamento.

Tabela 2 – Instrumentos de planejamento do município de **Colônia do Piauí**

Peça	Lei Municipal	Data da Aprovação	Data da Publicação
PPA 2022/2025	198/2021	15/12/2021	20/12/2021
*LDO 2022	191/2021	25/05/2021	31/05/2021
LOA 2022	197/2021	15/12/2021	20/12/2021

Fonte: Documentação Web e Imprensa Oficial do Município.

*Ressalta-se que a Lei De Diretrizes Orçamentárias – LDO do Exercício de 2022 (Lei nº 191/2021), enviada pelo Sistema Documentação Web, encontra-se parcialmente legível, bem como no formato diverso do exigido, assim em desconformidade com o Artigo 11º, § 4º da IN Nº05/2021, prejudicando assim, a sua respectiva análise, podendo ser rejeitadas a qualquer tempo pelo Tribunal de Contas, sujeitando o ente à inadimplência, sem prejuízo das demais implicações legais. **Peça 1, fl. 55**

Achado 1 (Item 3.1) LDO com informações enviada em formato diverso ao exigido na Instrução Normativa Nº05/2021.

3.1.1. Compatibilidade dos instrumentos de planejamento

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou a necessidade de articulação entre as três peças orçamentárias, na medida em que a execução das ações governamentais está condicionada à demonstração de sua compatibilidade com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

Para avaliar a compatibilidade quantitativa do planejamento orçamentário e a execução, foram analisadas as despesas previstas no PPA (2022/2025) em consonância com as fixadas na LDO e LOA, comparando-as com a execução orçamentária do período, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Despesas previstas nos instrumentos de planejamento de **2022**

Exercícios	Instrumentos de Planejamento		
	PPA	LDO	LOA
2019	-	22.354.000,00	22.354.000,00
2020	-	23.471.000,00	23.471.700,00
2021	-	24.175.851,00	24.175.851,00
2022	18.956.000,00	25.384.643,55	27.802.228,65
Total	-	95.385.494,55	97.803.779,65

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário RREO 6º bimestre e PPA (Lei nº 198/2021); LDO (Anexo de Metas Fiscais - Lei 178-2020-**Peça 1, fl.58**) e LOA (Lei nº 157/2018, Lei nº 170/2019, Lei nº 179/2020 e lei nº 197/2021).

Considerando os dados apresentados na Tabela 3, observa-se que houve compatibilidade parcial entre o montante previsto nas peças orçamentárias e a execução orçamentária do exercício de **2022** (R\$ 28.780.304,23), tendo em vista que a variação entre PPA x LDO é de -25,33%, LDO x LOA é de -8,70% e LOA x Execução Orçamentária é de -3,40%.

Ressalta-se que o valor acima fixado para Lei De Diretrizes Orçamentárias – LDO, constante da Tabela 3 (acima), foi utilizado como fonte o Anexo de metas fiscais da peça enviado pertinente ao Exercício de 2021 (**Lei 178/2020-Peça 1, fl.58**), visto que a enviada para o Exercício de 2022, encontra-se ilegível, prejudicando tal análise.

3.1.2. Previsão da receita e fixação da despesa na LOA

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 27.802.228,65, apresentando uma situação de equilíbrio. O referido diploma legal ATENDEU, dentre outros, ao princípio da unidade orçamentária, uma vez que CONSOLIDA os orçamentos de todos os órgãos, entidades e fundos que compõem a estrutura do Poder.

3.1.3. Alterações orçamentárias

Amparadas nas autorizações contidas na Lei Orçamentária e nas leis específicas que autorizam a abertura de Créditos Adicionais, o orçamento inicial foi atualizado (dotação atualizada) para o valor de R\$ 29.121.682,32, equivalente a 104,75% do orçamento inicial.

A Tabela 4 detalha as alterações orçamentárias por tipo de crédito ocorridas no período.

Tabela 4 – Total das alterações orçamentárias por tipo de crédito

Alteração do orçamento	Valor (R\$)	% sobre a dotação inicial
Dotação Inicial	27.802.228,65	100%
(+) Créditos Suplementares	12.732.096,81	45,80%
(+) Créditos Especiais	280.191,67	1,01%
(+) Créditos Extraordinários	0,00	0,00%
(-) Anulações de Créditos	11.692.834,81	42,06%
= Dotação Atualizada	29.121.682,32	104,75%
(-) Despesa Empenhada	28.780.304,23	103,52%
= Dotação não utilizada	341.378,09	1,23%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo dos Créditos Adicionais e Balanço Orçamentário RREO 6º bimestre

O art. 5º da Lei Orçamentária Anual autoriza, previamente, o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 60,00% da despesa fixada para o exercício de **2022**, conforme apurado na Tabela 5. **Peça 1, fl. 54**

Tabela 5 – Apuração do limite de abertura do crédito suplementar autorizado na LOA

Item	Valor (R\$)	% sobre a dotação inicial
Dotação Inicial (a)	27.802.228,65	100%
Total abertura de créditos suplementares (b)	12.732.096,81	45,80%
Créditos suplementares com autorização em Lei específica (c)	0,00	0,00%
Exclusões previstas na LOA para fins de limite de abertura de créditos suplementares (d)	6.109.560,72	21,98%
Créditos suplementares ajustado para fins de limite da LOA (e) = (b-c-d)	6.622.536,09	23,82%
Total autorizado para abertura de crédito suplementar após exclusões (f)	16.681.338,00	60,00%
Saldo autorizado para abertura de crédito suplementar (g) = (f-e)	10.058.801,91	36,18%

Fonte: Sagres Contábil

As exclusões para fins de limite de abertura de créditos suplementares de R\$ 6.109.560,72, constantes na Tabela 5, foram previstas no artigo 6º da Lei n 197/2021 da LOA.

Com isso, verificou-se que os créditos adicionais suplementares ajustados para fins de limite da LOA atingiram o montante de R\$ 6.622.536,09, que corresponde a **23,82%** da dotação inicial, não ultrapassando o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual.

3.1.3.1 - Publicação de decretos de abertura de créditos adicionais fora do prazo

Ressalte-se que embora conste publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM) dos decretos municipais, eles foram publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, Inc. II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89, que estabelece a

obrigatoriedade de publicação dos Decretos no prazo de 10 dias, a partir da conclusão do ato.

Acrescente-se que a publicação no prazo determinado pela CE/89 é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato pode produzir seus efeitos, entende-se que o mencionado vício implica ordenação de despesa não devidamente autorizada, contrariando a legislação. **Peça 1, fls. 2 a 53**

Figura 2 – Demonstrativo de Créditos Adicionais Suplementares

TCE-PI Tribunal de Contas do Estado do Piauí										Página 1 de 1
Decretos por Unidade Gestora										
Unidade Gestora: Colônia do Piauí										Ver todos os decretos
Número	Data do decreto	Data limite de publicação	Data de Publicação	Atraso	Lei que Autorizou	Anulação	Suplementação	Crédito Adicional Especial	Crédito Extraordinário	Valores divergentes publicados
4/2022	03/01/2022	13/01/2022	05/04/2022	82	000197/2022	12.200,00	12.200,00	0,00	0,00	
15/2022	01/02/2022	11/02/2022	13/05/2022	91	000197/2022	215.000,00	215.000,00	0,00	0,00	124.000,00
21/2022	01/06/2022	11/06/2022	30/08/2022	80	000197/2022	825.500,00	825.500,00	0,00	0,00	
20/2022	01/05/2022	11/05/2022	02/08/2022	83	000197/2022	813.600,00	813.600,00	0,00	0,00	
22/2022	01/07/2022	11/07/2022	30/09/2022	81	000197/2022	1.460.100,00	1.460.100,00	0,00	0,00	1.437.100,00
16/2022	01/03/2022	11/03/2022	31/05/2022	81	000197/2022	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	
28/2022	01/12/2022	11/12/2022	21/03/2023	100	000197/2022	0,00	1.039.262,00	280.191,67	0,00	1.319.453,67
25/2022	03/10/2022	13/10/2022	23/12/2022	71	000197/2022	1.876.750,00	1.876.750,00	0,00	0,00	
23/2022	01/08/2022	11/08/2022	25/10/2022	75	000197/2022	1.391.000,00	1.391.000,00	0,00	0,00	
26/2022	01/11/2022	11/11/2022	01/02/2023	82	000197/2022	1.611.900,00	1.611.900,00	0,00	0,00	
17/2022	01/04/2022	11/04/2022	01/07/2022	81	000197/2022	481.200,00	481.200,00	0,00	0,00	
24/2022	01/09/2022	11/09/2022	02/12/2022	82	000197/2022	1.679.500,00	1.679.500,00	0,00	0,00	
27/2022	01/12/2022	11/12/2022	21/03/2023	100	000197/2022	1.250.084,81	1.250.084,81	0,00	0,00	
TOTAL:						11.692.834,81	12.732.096,81	280.191,67	0,00	

Achado 2 (Item 3.1.3.1) - Abertura de créditos adicionais suplementares com autorização legislativa posterior em desconformidade com o art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89

3.1.3.2 Decreto: Contabilização e Publicação de Valores Distintos

O Decreto nº 22/2022, relacionados na tabela acima foi publicado no DOM com valor diverso ao informado no Sistema SAGRES.

Tal situação contraria o que determina o artigo 5º, da Instrução Normativa TCE/PI nº 07, de 10 de dezembro de 2020, o qual determina que os dados eletrônicos deverão apresentar-se em inteira conformidade com as informações/documentos que integram a prestação de contas. **Ver peça 1, fl. 11.**

Achado 3 (Item 3.1.3.2) - Créditos Adicionais: Divergência entre os valores contabilizados e os decretos publicados no DOM

3.2. Receitas

Em 2022, a receita total arrecadada líquida, deduzidas as restituições e demais descontos, foi de R\$ 29.205.867,24, correspondendo a 105,05% em relação à receita prevista atualizada, representando um superávit de R\$ 1.403.638,59, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Receitas orçamentárias do exercício de 2022

Item	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	26.263.478,65	28.956.297,42	2.692.818,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	707.248,00	1.009.429,82	302.181,82
Receita de Contribuições	51.800,00	132.701,20	80.901,20
Receita Patrimonial	579.224,65	226.420,25	-352.804,40
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	37.950,00	0,00	-37.950,00
Transferências Correntes	24.841.256,00	27.449.282,34	2.608.026,34
Outras Receitas Correntes	46.000,00	138.463,81	92.463,81
Receitas de Capital (II)	1.538.750,00	249.569,82	-1.289.180,18
Operações de Crédito	11.500,00	0,00	-11.500,00
Alienação de Bens	23.000,00	0,00	-23.000,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.504.250,00	249.569,82	-1.254.680,18
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.802.228,65	29.205.867,24	1.403.638,59
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	27.802.228,65	29.205.867,24	1.403.638,59

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP

Achado 4 (Item 3.2) Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU) configurando renúncia de receita

De acordo com o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020, a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular, do disposto no art. 14 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, sujeito à aplicação das penalidades previstas em Lei.

Em 31/12/2020, encerrou-se o prazo para extinção dos vazadouros a céu aberto (lixões) e aterros irregulares para os municípios que não publicaram plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) e/ou não implementaram mecanismos de cobrança dos serviços de manejo de resíduos sólidos, em atenção ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020) e em 15/07/2021, encerrou-se o prazo para implementação de mecanismos de cobrança dos Serviços de Manejo de

Resíduos Sólidos (SMRSU). O TCE-PI inclusive alertou os jurisdicionados municipais quanto a tal circunstância, conforme Decisão Plenária nº 288/2022, publicada no Diário Oficial TCE-PI do dia 24/03/2022.

Durante análise das contas da Prefeitura, verificou-se que não foi instituída, no ano de 2022, a cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU), configurando renúncia de receita, contrariando o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020.

A regulação do SMRSU é imprescindível aos Titulares, Usuários e Prestadores de Serviço, pois envolve a edição de atos normativos disciplinando os direitos e deveres das partes envolvidas do serviço, bem como a qualidade da prestação, sob os princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. **Peça 1, fl. 56**

3.2.1. Receita Tributária e COSIP

O somatório da receita tributária arrecadada com a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP) foi de R\$ 1.045.717,21, correspondendo a 142,52% em relação à previsão atualizada (R\$ 733.748,00).

A Tabela 7 apresenta a receita tributária e COSIP realizada no período de 2020 a 2022.

Tabela 7 – Receita tributária e COSIP de 2020 a 2022

Item	Receitas realizadas líquidas das deduções			Variação 2022/ 2021
	2020	2021	2022	
Receita Tributária (I)	621.446,99	427.861,51	913.016,01	113,39%
Impostos	575.758,42	420.693,42	904.404,32	114,98%
IPTU	652,55	5.035,04	879,11	-82,54%
ISS	165.750,23	120.184,19	291.758,70	142,76%
ITBI	460,28	0,00	300,00	0,00%
IRRF	408.895,36	295.474,19	611.466,51	106,94%
Taxas	45.688,57	7.168,09	8.611,69	20,14%
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00%
COSIP (II)	303.869,77	100.388,64	132.701,20	32,19%
TOTAL (I + II)	925.316,76	528.250,15	1.045.717,21	97,96%

Fonte: Sagres Contábil – Relatório da Receita Tributária e COSIP (peça 1, fl.56)

Ao analisar a Tabela 7, observa-se que houve uma variação positiva de 97,96% na arrecadação da receita tributária e COSIP de 2022 em relação ao exercício de 2021.

Achado 5 (Item 3.2.1) insuficiência na arrecadação da receita tributária (IPTU e ITBI)

Verificou-se que as receitas de IPTU e ITBI do município, respectivamente, no exercício, foram de R\$ 879,11 e R\$ 300,00, conforme lançamentos no Sagres Contábil, contrariando o que dispõe o art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF).

Vale destacar que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação. Além disso, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não exercer de forma plena a sua competência tributária, nos termos do artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Um sistema de tributação municipal mal formulado ou desatualizado implica arrecadação insuficiente e com forte dependência de transferências constitucionais, legais e voluntárias, prejudicando a formulação e a execução de políticas públicas.

3.2.2. Receita Corrente Líquida - RCL

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de **Colônia do Piauí**, apurada no exercício de **2022**, foi de R\$ 28.956.297,42, conforme se demonstra mensalmente no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Receita Corrente Líquida mensal do exercício de 2022 (em milhões)



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 6º bimestre RREO – Anexo 03

A Tabela 8 demonstra a apuração da Receita Corrente Líquida para os limites de endividamento e de despesa com pessoal.

Tabela 8 – Apuração da Receita Corrente Líquida

Item	Valor (R\$)
Receitas Correntes (I)	31.313.556,87
Deduções (II)	2.357.259,45
Contribuição do servidor para o plano de previdência	0,00
Compensações financeiras entre Regimes de Previdência	0,00
Rendimentos de aplicações recursos previdenciários	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	2.357.259,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	28.956.297,42
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	28.956.297,42
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	1.600.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	27.356.297,42

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 6º bimestre RREO – Anexo 03

3.3. Despesas

No exercício de 2022, a despesa empenhada total (incluindo as despesas intraorçamentárias) do município de Colônia do Piauí atingiu o montante de R\$ 28.780.304,23, que corresponde a 98,83%, em relação à dotação atualizada,

representando um saldo de dotação de R\$ 341.378,09, conforme detalhado na Tabela 9.

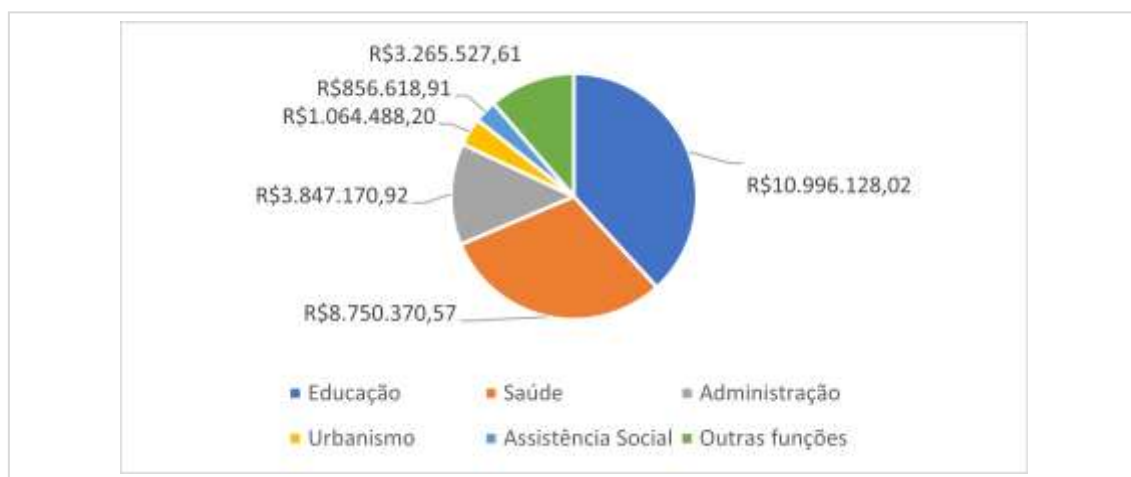
Tabela 9 – Detalhamento da despesa por categoria e grupo de natureza da despesa

Item	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)
Despesas Correntes (VIII)	27.878.153,88	27.542.257,45	27.450.878,92	27.275.702,90
Pessoal e Encargos Sociais	15.453.316,72	15.169.245,29	15.154.972,76	15.154.972,76
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.424.837,16	12.373.012,16	12.295.906,16	12.120.730,14
Despesas de Capital (IX)	1.243.528,44	1.238.046,78	1.238.046,78	1.067.983,66
Investimentos	572.123,40	566.641,74	566.641,74	396.578,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	671.405,04	671.405,04	671.405,04	671.405,04
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	29.121.682,32	28.780.304,23	28.688.925,70	28.343.686,56
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	29.121.682,32	28.780.304,23	28.688.925,70	28.343.686,56

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP

O Gráfico 5 apresenta a despesa empenhada total (incluindo as despesas intraorçamentárias) por função.

Gráfico 5 – Despesa empenhada total por função



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção – RREO 6º bimestre – Anexo 02

3.3.1. Restos a Pagar

Os Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro.

A Tabela 10 demonstra o quadro de execução dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 10 – Quadro da execução dos restos a pagar não processados

Item	Inscritos		Liquidado (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f= (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores(a)	Em 31/12/2021(b)				
Despesas Correntes	0,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP

A Tabela 11 demonstra o quadro de execução dos restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 11 – Quadro da execução dos restos a pagar processados

Item	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo f= (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31/12/2021(b)			
Despesas Correntes	11.274,80	405.440,84	369.176,73	0,00	47.538,91
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.274,80	405.440,84	369.176,73	0,00	47.538,91
Despesas de Capital	48.313,98	29.029,00	29.029,00	0,00	48.313,98
Investimentos	48.313,98	29.029,00	29.029,00	0,00	48.313,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	59.588,78	434.469,84	398.205,73	0,00	95.852,89

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP

Conforme Tabela 9, no exercício foram inscritos em restos a pagar um total de R\$ 436.617,67, sendo R\$ 91.378,53 não processados e 345.239,14 processados.

Considerando os saldos remanescentes dos exercícios anteriores somados aos inscritos em 31/12/2022, os restos a pagar não processados totalizam R\$ 91.378,53 e os processados R\$ 441.092,03.

3.4. Apuração dos limites constitucionais e legais

3.4.1. Aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)

O cumprimento da aplicação mínima de 25% tem como base a receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino do município, conforme artigo 212 da CF/88.

Com base no disposto no artigo 70 da Lei 9.394/96, não são todas as despesas relacionadas à educação que se enquadram no conceito de MDE, mas somente as despesas voltadas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Com a finalidade de avaliar o cumprimento da aplicação mínima de 25%, foram elaborados os cálculos a partir dos lançamentos contábeis enviados pelo Sagres Contábil, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em MDE

Item	Valor (R\$)
1 - Receita de impostos	904.404,32
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	13.811.414,11
2.1 - Cota-Parte FPM	12.742.624,74
2.2 - Cota-Parte ICMS	938.701,45
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	353,12
2.4 - Cota-Parte ITR	1.959,14
2.5 - Cota-Parte IPVA	127.775,66
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
2.7 - Compensações Financeiras de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00
3 - Total da receita resultante de impostos e transferências	14.715.818,43
27 - Total das despesas de MDE custeadas com recursos de impostos (FUNDEB e receita	7.931.952,12
28 (-) Resultado líquido das transferências do FUNDEB (6.1.1 – 4)	3.117.180,57
29 (-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade	0,00
30 (-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade	0,00
31 (-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade	0,00
32 - Total das despesas para fins de limite	4.814.771,55
33x - Valor exigido para aplicação (exercício corrente)	3.678.954,61
33w.1 - Valor não aplicado (exercício corrente)	0,00
33y - Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais aplicado em MDE (exercício corrente)	32,72%
33y.1 - Percentual não aplicado (exercício corrente)	0,00%
33x.1 - Valor exigido EC nº 119/2022 (exercícios 2020 e 2021)	0,00
33w.2 - Valor compensado EC nº 119/2022 no exercício	0,00
33w.3 - Valor não aplicado EC nº 119/2022	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

A análise da Tabela 12 demonstra que o município aplicou no exercício o montante de R\$ 4.814.771,55 em MDE, o que corresponde a 32,72% da receita

proveniente de impostos e transferências, CUMPRINDO o limite de aplicação mínima (25%).

A Tabela 13 demonstra o percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022.

Tabela 13 – Percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022

Item/ Exercício	2019	2020	2021	2022
Percentual	25,29%	26,92%	25,47%	32,72%
Análise	Cumpriu	Cumpriu	Cumpriu	Cumpriu

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

3.4.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

Atendendo ao art. 212-A da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 108/2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, institui-se o FUNDEB no âmbito de cada ente federativo.

O FUNDEB promove a redistribuição dos recursos vinculados à educação, devendo ser utilizados em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 25 da Lei nº 14.113/2020.

No exercício de **2022**, o município de **Colônia do Piauí** empenhou com recursos do FUNDEB um total de R\$ 8.252.673,20 incluindo as receitas recebidas no exercício e os recursos de exercícios anteriores que não foram utilizados (superavit financeiro), conforme detalhado na Tabela 14.

Tabela 14 – Despesas com recursos do FUNDEB por área de atuação

Item	Dotação atualizada (c)	Despesas empenhadas (d)	Despesas liquidadas (e)	Despesas pagas (f)	Inscritas em RP não processa- dos (g)
10 - Profissionais da educação básica	8.035.843,40	6.653.769,87	6.653.769,87	6.653.769,87	0,00
10.1 - Educação infantil	2.615.409,36	2.338.154,85	2.338.154,85	2.338.154,85	0,00
10.2 - Ensino	5.420.434,04	4.315.615,02	4.315.615,02	4.315.615,02	0,00
11 - Outras despesas	414.929,40	1.598.903,33	1.598.903,33	1.428.840,21	0,00
11.1 - Educação infantil	39.068,64	316.322,52	316.322,52	316.322,52	0,00
11.2 - Ensino	375.860,76	1.282.580,81	1.282.580,81	1.112.517,69	0,00
12 - Total das despesas com recursos do FUNDEB (10 + 11)	8.450.772,80	8.252.673,20	8.252.673,20	8.082.610,08	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

Os fundos são constituídos por 20% dos recursos previstos no art. 212-A, II da CF/88.

No exercício de **2022**, o município de **Colônia do Piauí** contribuiu com o valor de R\$ 2.357.259,45, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – Contribuição para o FUNDEB

Item	Valor (R\$)
2.1.1 - Cota-parte FPM (parcela referente à CF, art. 159, I, alínea “b”)	11.664.238,47
2.2 - Cota-Parte ICMS	938.701,45
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	353,12
2.4 - Cota-Parte ITR	1.959,14
2.5 - Cota-Parte IPVA	127.775,66
4 - Total destinado ao FUNDEB (20% de 2.1.1+2.2+2.3+2.4+2.5)	2.357.259,45

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

Os recursos do FUNDEB são distribuídos entre os Municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental com base no último censo escolar.

Além disso, em 2021, com base nas novas regras do FUNDEB, a União complementou os recursos de cada fundo em montante equivalente a 12% (doze por cento) do total de recursos.

Assim, o município de **Colônia do Piauí** recebeu, em **2022**, o montante de R\$ 8.138.369,58, conforme detalhado na Tabela 16.

Tabela 16 – Recursos recebidos do FUNDEB

Item	Valor (R\$)
6 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício	8.138.369,58
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.506.867,40
6.1.1 - Principal	5.474.440,02
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	32.427,38
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.612.048,51
6.2.1 - Principal	1.612.048,51
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.019.453,67
6.3.1 - Principal	1.019.453,67
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

3.4.2.1. Aplicação dos recursos do FUNDEB com os profissionais da Educação Básica

O art. 26 da Lei 14.113/2020 e o art. 212-A, inciso XI da CF/88 definem que 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos, com exceção da

complementação - VAAR, será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

A Lei 14.113/2020 conceitua remuneração, para fins de aplicação desse percentual, como o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Município, inclusive os encargos sociais incidentes.

A Tabela 17 apresenta a apuração desse limite mínimo para o município durante o exercício de **2022**.

Tabela 17 – Apuração do limite mínimo de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica

Item	Valor
6 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício	8.138.369,58
13d - Despesas custeadas com FUNDEB recebidas no exercício com Profissionais da Educação Básica	6.653.769,87
13h - RP não processados sem disponibilidade de caixa com Profissionais da Educação Básica	0,00
19k - Valor considerado após deduções (k) = (13d) - (13h)	6.653.769,87
19i - Valor exigido (i) = (6)*70%	5.696.858,71
19l - % Aplicado (l) = (19k)/(6)	81,76%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

A análise da Tabela 17 demonstra que o município CUMPRIU o percentual mínimo de 70% de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica.

3.4.2.2. Apuração da receita do FUNDEB recebida e não aplicada no exercício

Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, devem ser utilizados pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Contudo, a legislação permite que até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, nos termos do art. 25, § 3º da Lei nº 14.113/2020.

Para apuração desse limite foram elaborados os cálculos a partir dos lançamentos contábeis enviados pelo Sagres Contábil, conforme demonstrado na Tabela 18.

Tabela 18 – Percentual das receitas recebidas do FUNDEB e não aplicadas no exercício

Item	Valor (R\$)
6 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício	8.138.369,58
14 - Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.747.145,93
15 - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União – VAAF	1.722.622,68
16 - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	782.904,59
22m - Valor máximo permitido (m) = (6)*10%	813.836,96
22n - Valor não aplicado (n) = (6-14-15-16)	-114.303,62
14/15/16h - Total das despesas custeadas com FUNDEB inscritas em RP não processados sem disponibilidade de caixa (h)	0,00
22o - Valor não aplicado após ajuste (o) = (n-h)	-114.303,62
22p - % não aplicado (p) = (o/a)	-1,40%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

A análise da tabela acima demonstra que o município deixou de aplicar no exercício, após ajustes com RP não processado sem disponibilidade de caixa, o montante de R\$ -114.303,62, representando um percentual de -1,40% dos recursos recebidos do FUNDEB no exercício, CUMPRINDO o limite estabelecido.

3.4.2.3. Apuração da aplicação da complementação – VAAT na educação infantil

O art. 212-A, § 3º da Constituição Federal e o art. 28 da Lei nº 14.113/2020 dispõem que 50% dos recursos globais da complementação-VAAT serão destinados para a aplicação na educação infantil.

Nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 14.113/2020, a União divulgou Portaria⁷ que demonstra o ajuste anual dos recursos do FUNDEB para o exercício de 2022 referentes à complementação da União nas modalidades VAAF e VAAT, estabelecendo um indicador de educação infantil (IEI) de **50,53%** para o município de Colônia do Piauí.

A Tabela 19 apresenta a apuração desse limite durante o exercício de **2022**.

Tabela 19 – Percentual de aplicação do FUNDEB-VAAT na Educação Infantil

Item	Valor
6.3 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício - Complementação da União - VAAT	1.019.453,67
17d - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Aplicadas na Educação Infantil (d)	569.197,37
17h - RP não processados sem disponibilidade de caixa com indicação de fonte FUNDEB - VAAT (h)	0,00

⁷ Portaria Interministerial MEC/ME nº 1, de 20 de abril de 2023, disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/consultas>

Item	Valor
20k - Valor considerado após deduções (k) = (17d - 17h)	569.197,37
20 - Indicador de educação infantil – IEI de Colônia do Piauí (%)	50,53%
20i - Valor exigido (i) = (6.3*IEI)	515.129,91
20i - % Aplicado (I) = (20k/6.3)	55,83%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

A análise da tabela demonstra que o município CUMPRIU o percentual de 50,53% de aplicação da complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil.

3.4.2.4. Apuração da aplicação da complementação – VAAT em despesas de capital

O art. 212-A, inciso XI e § 3º da Constituição Federal e art. 27 da Lei nº 14.113/2020 dispõem que o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos da complementação-VAAT, será aplicado, em cada rede de ensino beneficiada, em despesas de capital.

A Tabela 20 apresenta a apuração desses limites durante o exercício de **2022**.

Tabela 20 – Percentual de aplicação do FUNDEB – VAAT em Despesas de Capital

Item	Valor (R\$)
6.3 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício - Complementação da União - VAAT	1.019.453,67
18d - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Aplicadas em Despesas de Capital	170.063,12
18h - RP não processados sem disponibilidade de caixa com indicação de fonte FUNDEB - VAAT	0,00
21k - Valor considerado após deduções (k) = (18d - 18h)	170.063,12
21i - Valor exigido (i) = (6.3*15%)	152.918,05
21i - % Aplicado (I) = (21k/6.3)	16,68%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08

A análise da tabela demonstra que o município CUMPRIU o percentual de aplicação mínima de 15% da complementação da União ao FUNDEB - VAAT em despesas de capital.

3.4.3. Aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)

Para verificar se o município está aplicando, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos e recursos previstos no art. 77, III do ADCT e art. 7º da LC 141/2012, na saúde dos munícipes, foi realizada a apuração do limite conforme Tabela 21.

Tabela 21 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em ASPS

Item	Valor (R\$)
Total das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais para fins de cálculo da aplicação em ASPS (III) = (I) + (II)	13.642.684,56
Receita de impostos (I)	904.404,32
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	12.738.280,24
Cota-Parte FPM	11.664.238,47
Cota-Parte ITR	1.959,14
Cota-Parte IPVA	127.775,66
Cota-Parte ICMS	938.701,45
Cota-Parte IPI-Exportação	353,12
Compensações Financeiras de Impostos e Transferências Constitucionais	5.252,40
Total das despesas com ASPS (XII)	2.076.672,16
(-) Restos a pagar não processados inscritos indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira (XIII)	0,00
(-) Despesas custeadas com recursos vinculados à parcela do percentual mínimo que não foi aplicada em ASPS em exercícios anteriores (XIV)	0,00
(-) Despesas custeadas com disponibilidade de caixa vinculada aos restos a pagar cancelados (XV)	0,00
Valor aplicado em ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.076.672,16
Despesa mínima a ser aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.046.402,68
Despesa mínima a ser aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (lei orgânica municipal)	2.046.402,68
Diferença entre o valor aplicado e a despesa mínima a ser aplicada (XVIII) = (XVI - XVII)	30.269,48
Limite não cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00
Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais aplicado em ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012)	15,22%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS – RREO 6º bimestre – Anexo 12 (peça 1, fl. 66 a 68)

A análise da Tabela 21 demonstra que o município aplicou no exercício o montante de R\$ 2.076.672,16 (Despesas Empenhadas) em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o que corresponde a 15,22% da receita proveniente de impostos e transferências, CUMPRINDO o limite de aplicação mínima (15%).

A Tabela 22 demonstra o cumprimento do percentual dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) de 2019 a 2022.

Tabela 22 – Percentual dos gastos com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) de 2019 a 2022

Item/ Exercício	2019	2020	2021	2022
Percentual	18,98%	20,18%	21,86%	15,22%
Análise	Cumpriu	Cumpriu	Cumpriu	Cumpriu

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS – RREO 6º bimestre – Anexo 12

3.4.4. Apuração do limite de despesas de pessoal do Poder Executivo

As despesas com pessoal no Poder Executivo Municipal podem representar até 54% da RCL, neste contexto, o acompanhamento e controle são de suma importância no equilíbrio das contas municipais.

No exercício de **2022**, o município de **Colônia do Piauí** teve uma despesa bruta com pessoal de R\$ 15.292.446,04, conforme demonstrado na Tabela 23.

Tabela 23 – Detalhamento da Despesa Total de Pessoal

Item	Despesas liquidadas (a)	Inscritas em RP não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.292.446,04	14.272,53
Pessoal Ativo	14.554.932,76	14.272,53
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.201.888,03	0,00
Obrigações Patronais	2.353.044,73	14.272,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de substituição direta de servidores ou empregados públicos (Uso exclusivo TCE)	737.513,28	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	475.165,28	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	475.165,28	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.817.280,76	14.272,53

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF 3º quadrimestre – Anexo 01

*O montante de R\$737.513,28 que consta na linha "Outras despesas de pessoal decorrentes de substituição direta de servidores ou empregados públicos (Uso exclusivo TCE)" é composto pelos valores registrados nos subelementos de despesas 3627-Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional e 3630-Serviços Médicos e Odontólogos.

Ao final do exercício de **2022**, o montante das despesas de pessoal do Poder Executivo, após as deduções das despesas não computadas conforme §1º, art. 19 da LRF, foi de R\$ 14.831.553,29, representando 54,22% da RCL, acima do limite máximo, conforme apurado na Tabela 24.

Tabela 24 – Apuração do limite de despesa com pessoal

Item	Valor	% sobre a RCL ajustada
Receita corrente líquida - RCL (IV)	28.956.297,42	105,85%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	1.600.000,00	5,85%
RCL ajustada (VII) = (IV - V - VI)	27.356.297,42	0,00%
Despesa total com pessoal - DTP (VIII)⁸	14.831.553,29	54,22%
Limite máximo (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.772.400,61	54,00%
Limite prudencial (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.033.780,58	51,30%
Limite de alerta (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.295.160,55	48,60%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF 3º quadrimestre – Anexo 01 (**peça 1, fl. 57**)

A Tabela 25 demonstra o percentual de despesa total com pessoal do executivo nos últimos 3 quadrimestres.

Tabela 25 – Apuração do limite de despesa com pessoal nos últimos 3 quadrimestres

Item/ Quadrimestre	3º Quadrimestre 2021	1º Quadrimestre 2022	2º Quadrimestre 2022	3º Quadrimestre 2022
Percentual	55,17%	54,66%	50,20%	54,22%
Análise	Limite Máximo	Limite Máximo	Limite Alerta	Acima do limite Máximo

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF 1º, 2º e 3º quadrimestre – Anexo 01

Cabe destacar que o art. 15 da LC nº 178/2021, que trata do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, dispõe que o poder executivo que estiver acima do limite da despesa de pessoal ao final do exercício de 2021, deverá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% a cada exercício a partir de 2023, com a adoção das medidas previstas nos arts. 22 e 23 da LRF, com apuração no último quadrimestre de cada exercício até 2032.

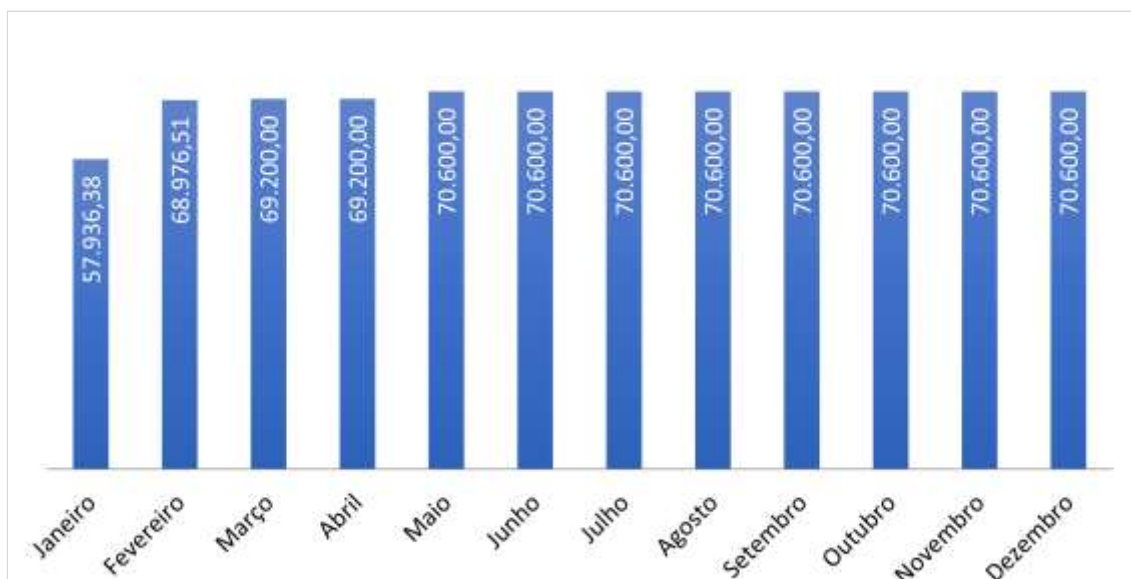
Achado 6. (Item 3.4.4) Descumprimento do limite máximo de despesas de pessoal do Poder Executivo Municipal

⁸ Total da despesa bruta de pessoal + RP não processados – despesas não computadas conforme §1º do art. 19 da LRF

3.4.5. Repasse do duodécimo ao Poder Legislativo

Durante o exercício de **2022**, constatou-se que o Poder Executivo repassou à Câmara Municipal de **Colônia do Piauí** o montante de R\$ 830.112,89, conforme repasses mensais constantes no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Repasse mensal ao Poder Legislativo (em R\$)



Fonte: Sagres Contábil – Repasse para o Legislativo - informações do Poder Legislativo

Visando apurar o cumprimento das disposições constitucionais previstas no Art. 29-A, incisos I a VI, e §2º, incisos I e III, da CF/88, e com base na Instrução Normativa TCE nº 01/2014, que dispõe sobre os critérios de cálculo do repasse de recursos mensais ao Poder Legislativo Municipal, constatou-se que a receita efetiva do exercício anterior foi de 11.880.747,16, conforme demonstrado na Tabela 26.

Tabela 26 – Apuração da receita efetiva do exercício anterior

Item	Valor (R\$)
Receitas Tributárias (I)	427.805,82
Receitas de Impostos	420.637,73
IPTU	5.035,04
ISS	120.184,19
ITBI	0,00
IRRF	295.418,50
Outros Impostos	0,00
Taxas	7.168,09
Contribuição de Melhoria	0,00
Contribuição de Iluminação Pública (II)	100.388,64
Transferência da União (III)	10.130.827,16
Cota-Parte FPM	10.116.963,92

Item	Valor (R\$)
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.345.498,43
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	409.624,60
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	361.840,89
Cota-Parte ITR	1.316,67
Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	5.078,04
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	7.468,53
Apoio Financeiro	0,00
Transferência do Estado (IV)	1.221.725,54
Cota-Parte ICMS	1.133.821,56
Cota-Parte IPVA	87.508,57
Cota-Parte IPI-Exportação	395,41
Outras Receitas (V)	0,00
Dívida Ativa Tributária de Impostos	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	0,00
TOTAL (I + II + III + IV + V)	11.880.747,16

Fonte: Sagres Contábil – Receita Efetiva

Portanto, o município de **Colônia do Piauí** repassou 6,99% da receita efetiva do município no exercício anterior, CUMPRINDO o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal, que fixa o limite de 7,00% para Municípios com população de até 100 mil habitantes.

3.4.6. Limite da dívida consolidada líquida

O limite de endividamento do exercício do Município é definido pelo artigo 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, o qual estabelece que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) não pode ultrapassar o percentual máximo de 120% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Assim, realizou-se a verificação do cumprimento desse limite conforme resultado constante na Tabela 27.

Tabela 27 – Apuração do limite de endividamento

Item	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada (DC) (I)	5.268.968,86
Deduções (II)	1.397.682,08
Dívida Consolidada Líquida (DCL) (III) = (I – II)	3.871.286,78
Receita Corrente Líquida (RCL) (IV)	28.956.297,42
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, Lei 13.095/2014)	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada (VI) = (IV - V)	28.956.297,42
% da DC sobre a RCL ajustada (I/VI)	18,20%
% da DCL sobre a RCL ajustada (III/VI)	13,37%
Limite definido por resolução do Senado Federal - 120 % s/ RCL	34.747.556,90
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108 % s/ RCL	31.272.801,21

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - RGF 3º quadrimestre – Anexo 02

Portanto, constata-se que o município CUMPRIU o limite máximo (120%) estabelecido pela Resolução do Senado Federal, atingindo um percentual de **13,37%** da DCL em relação à RCL.

3.4.7. Limite para contratação de operações de crédito

O limite do montante global de contratação de operações de crédito internas e externas em um exercício financeiro é de 16% da RCL, conforme art. 7º, I da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, a mesma resolução define no art. 10 o limite de 7% da RCL.

Assim, realizou-se a verificação do cumprimento desses limites conforme resultado constante na Tabela 28.

Tabela 28 – Apuração do cumprimento do limite de contratação de operações de crédito

Descrição	Valor (R\$)	% sobre a RCL ajustada
Operação de crédito mobiliária	0,00	-
Operação de crédito contratual	0,00	-
Receita Corrente Líquida – RCL (IV)	28.956.297,42	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	-
Receita corrente líquida ajustada (VI) = (IV - V)	28.956.297,42	-
Operações vedadas (VII)	0,00	0,00%
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00%
Limite geral definido por Resolução do Senado Federal - 16% s/ RCL	4.633.007,59	16,00%
Limite de alerta (inciso iii do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4 % s/ RCL	4.169.706,83	14,40%
Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária	0,00	0,00%
Limite definido por Resolução do Senado Federal para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária - 7% s/ RCL (art. 10 da resolução do senado federal nº 43/2001)	2.026.940,82	7,00%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Operações de Crédito - RGF 3º quadrimestre – Anexo 04

Portanto, constata-se que o município de Colônia do Piauí não contratou operações de crédito no exercício em análise.

3.5. Metas fiscais

A LRF estatui, no § 1º do seu art. 4º, que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterà anexo em que serão estabelecidas as metas de resultado primário e nominal e de montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, dessa forma, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu as metas de resultado a serem alcançados pela Administração.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras ou primárias, é apurado tradicionalmente pela metodologia “acima da linha” com enfoque no fluxo da execução orçamentária do exercício e indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com a sua arrecadação, representando o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Pela metodologia acima da linha, o resultado nominal é obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Tabela 29 – Análise das metas fiscais

Especificações	Meta	Resultado	Situação
Resultado Primário – Acima da Linha	420.000,00	765.497,98	Atingida
Resultado Nominal – Acima da Linha	508.200,00	991.918,23	Atingida
Dívida Pública Consolidada	6.620.250,00	5.268.968,86	Atingida
Dívida Consolidada Líquida	(6.620.250,00)	3.871.286,78	Não atingida

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - RREO 6º bimestre – Anexo 06 (peça 1, fls. 59 a 60) e LDO – Anexo de metas fiscais 2021 (Peça 1, fl. 58-Ver comentário do Item 3.1.1)

Pelo exposto, conclui-se que a Administração alcançou as metas fiscais projetadas, a exceção da Dívida Consolidada Líquida.

Achado 7 (Item 3.5) Descumprimento da meta para Dívida Consolidada Líquida fixada na LDO

3.6. Verificação do cumprimento da “regra de ouro”

A denominada regra de ouro corresponde à vedação constitucional (Artigo 167, inciso III) da previsão de realização de receitas das operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital, com objetivo de impedir que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes, como pessoal, custeio administrativo e juros, o que implica na necessidade de a Administração gerar resultado primário suficiente para pagar o montante de juros da dívida e assim controlar o endividamento.

Tabela 30 – Análise do cumprimento da regra de ouro

Descrição	Previsão/Dotação Atualizada (R\$)	Valor realizado/ executado (R\$)
Receitas de operações de crédito (i)	11.500,00	0,00
Despesas de capital (ii)	1.243.528,44	1.238.046,78
Resultado (ii-i)	1.232.028,44	1.238.046,78

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital – RREO 6º bimestre – Anexo 09

Ao analisar a Tabela 30, observa-se que o município CUMPRIU a regra de ouro estabelecida no art. 167, III da CF/88.

3.7. Aplicação da receita de alienações de bens

O artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a aplicação da receita de capital resultante da alienação de bens pertencentes ao patrimônio público no financiamento de despesa corrente.

A Tabela 31 demonstra a utilização desses recursos no exercício.

Tabela 31 – Análise da aplicação da receita de alienação de bens

Descrição	Valor (R\$)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (Ib)	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (IIIf)	0,00
Despesas de Capital	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00
PAGAMENTO DE RP COM RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (IIlg)	0,00
Despesas de Capital	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IIIi)	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR DO EXERCÍCIO (IIIj) = (Ib - (IIIf + IIlg)	0,00
Saldo Atual (IIIi + IIIj)	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos Anexo 11 – RREO 6º bimestre

Ao analisar a Tabela 31, observa-se que não foram constatadas alienações de bens pertencentes ao patrimônio público do ente em análise.

3.8. Análise do equilíbrio financeiro

De acordo com os dados encaminhados no Sagres contábil, foram identificados os saldos financeiros por fontes de recursos vinculados e não vinculados e respectivas obrigações assumidas em cada uma dessas fontes, conforme Demonstrativo de Caixa e Restos a Pagar (**peça 1, fls. 61 a 62**). A verificação dos saldos financeiros é necessária para identificar a possibilidade de inscrição em restos a pagar

processados e não processados, considerando também as demais obrigações de despesa que não tenham passado pela execução orçamentária:

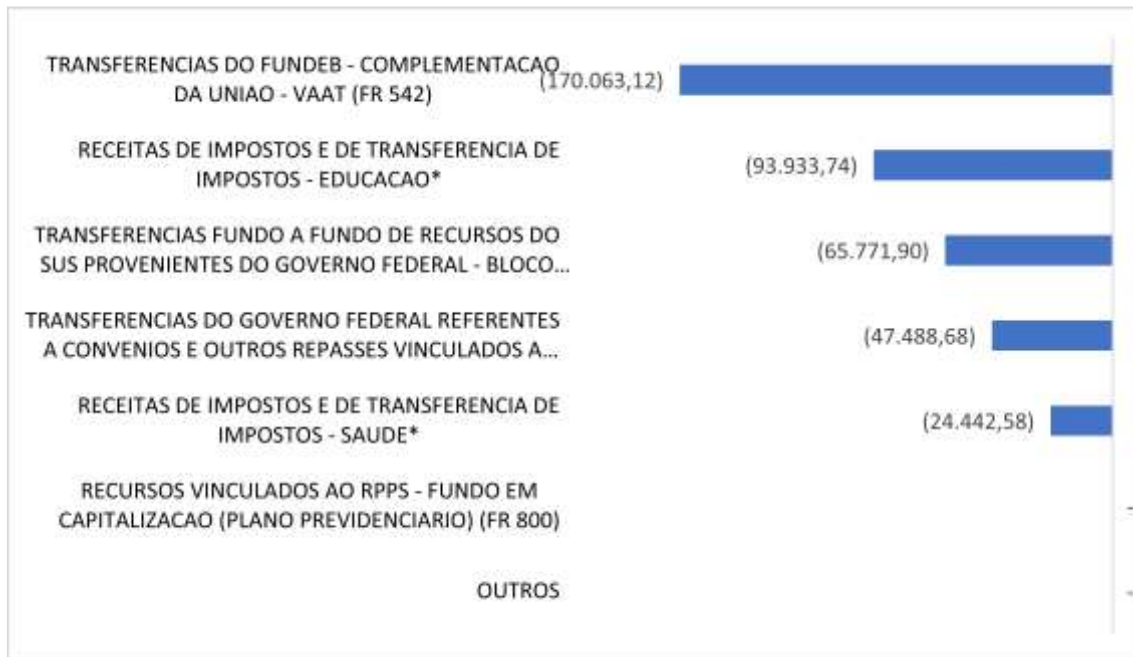
Tabela 32 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Item	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em RPNP do exercício) (g)	Disponibilidade de caixa líquida (após a inscrição em RPNP do exercício) (i)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	278.838,64	231.781,00	173.868,47
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.559.919,72	1.168.350,33	1.134.884,33
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação*	0,00	-71.563,74	-93.933,74
Transferências do FUNDEB	187.084,06	17.020,94	17.020,94
Outros Recursos Vinculados à Educação	164.368,59	116.054,60	116.054,60
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde*	0,00	-13.346,58	-24.442,58
Outros Recursos Vinculados à Saúde	896.896,83	809.946,92	809.946,92
Recursos Vinculados à Assistência Social	33.664,15	32.332,10	32.332,10
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (FR 800)	0,00	0,00	0,00
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) (FR 801)	0,00	0,00	0,00
Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (FR 802)	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (FR 754)	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	277.906,09	277.906,09	277.906,09
TOTAL (III) = (I + II)	1.838.758,36	1.400.131,33	1.308.752,80

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - RGF 3º quadrimestre – Anexo 05 (peça 1, fls. 62 a 63)

*Não são fontes de recursos, apenas mecanismo de controle de recursos provenientes de impostos e transferências recebidas como repartição de receitas destinadas à educação ou saúde para cumprimento do art. 212 e art. 198, § 2º da CF/88.

Gráfico 7 – Fontes de recursos com disponibilidade de caixa líquida negativa



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - RGF 3º quadrimestre – Anexo 05

**Não são fontes de recursos, apenas mecanismo de controle de recursos provenientes de impostos e transferências recebidas como repartição de receitas destinadas à educação ou saúde para cumprimento do art. 212 e art. 198, § 2º da CF/88)*

As fontes constantes no gráfico 7 apresentam insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas, conforme Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, **peça 1, fls. 61 a 62**. Esse resultado indica realização de empenhos sem a correspondente disponibilidade financeira para sua cobertura em desacordo com a LRF, uma vez que gera desequilíbrio nas contas públicas descumprindo, o disposto do artigo 1º, §1º e 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Achado 8 (Item 3.8) Insuficiência financeira para cobertura das obrigações financeiras (passivos financeiros) assumidas até o encerramento do exercício

3.9. Outras análises da execução orçamentária, financeira e fiscal

3.9.1. Execução de despesas com saúde – ASPS oriundas de recursos financeiros decorrentes de impostos e transferências constitucionais em unidades diversas dos fundos de saúde

O artigo 2º, parágrafo único, da LC 141/2012, cria a obrigatoriedade dos entes federativos financiarem as despesas com ações e serviços públicos de saúde – ASPS com recursos movimentados por meio dos fundos de saúde, conforme segue:

Parágrafo único. Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela

União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde

A movimentação dos recursos financeiros por um fundo específico tem o propósito de facilitar a organização e dar transparência aos registros contábeis dos gastos que serão considerados como aplicação em ASPS, possibilitando uma fiscalização mais eficaz.

Essa previsão normativa de execução dos recursos da saúde por meio do fundo possui fundamento na Constituição Federal, no artigo 198, inciso I, que prevê a obrigatoriedade das ASPS serem organizadas de forma descentralizada, com direção única em cada esfera de governo.

Todavia, inobstante a clareza dos comandos contidos na Lei Complementar nº 141/2012 e na Constituição Federal, durante o exercício em análise, a Prefeitura executou recursos financeiros decorrentes de impostos e transferências constitucionais destinados às ASPS em unidades diversas do fundo de saúde, em desatendimento à legislação em comento.

Desta forma, apresentam-se as duas memórias de cálculo da aplicação do mínimo constitucional em ASPS do Município, descritas a seguir, sendo uma considerando apenas as despesas executadas pelo fundo de saúde (conforme Lei Complementar nº 141/2012), e outra considerando as despesas executadas tanto no fundo de saúde quanto em outras unidades (contrariando o ordenamento vigente):

Tabela 33 – Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS considerando as despesas do Fundo Municipal de Saúde

Descrição	Valor (R\$)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.029.842,30
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.029.842,30
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) × 15% (LC 141/2012)	2.046.402,68
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) × % (Lei Orgânica Municipal)	2.046.402,68
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	16.560,38
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / II1)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	14,88%

Fonte: Sagres Contábil – Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS (peça 1, fls. 63 a 65)

Tabela 34 – Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS considerando as despesas do Fundo Municipal de Saúde e demais unidades de saúde

Descrição	Valor (R\$)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.076.672,16
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.076.672,16
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) × 15% (LC 141/2012)	2.046.402,68
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) × % (Lei Orgânica Municipal)	2.046.402,68
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	30.269,48
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / II1)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	15,22%

Fonte: Sagres Contábil – Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS (peça 1, fls. 66 a 68)

Achado 9 (Item 3.9.1) Execução de despesas com saúde – ASPS oriundas de recursos financeiros decorrentes de impostos e transferências constitucionais em unidades diversas dos fundos de saúde contrariando o artigo 2º, parágrafo único, da LC 141/2012

4. APRECIÇÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

O objetivo deste item é apresentar os resultados e as conclusões da apreciação do Balanço Geral do Município (BGM) referente ao exercício de **2022**, que, por sua vez, tem o intuito de verificar se as demonstrações consolidadas do Município representam adequadamente a posição financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro de **2022**, a fim de subsidiar a conclusão do parecer prévio, conforme art. 165 do RITCE.

Os procedimentos realizados iniciaram-se com a validação automática dos dados recepcionados mensalmente pelo sistema Sagres-Contábil ao longo do período de apresentação da prestação de contas eletrônica (PCE) do exercício.

Os procedimentos limitaram-se a verificar se os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa) atendem os padrões estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e se possuem divergências em relação aos demonstrativos contábeis gerados a partir dos dados eletrônicos do Sagres Contábil.

4.1. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - DCASP

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

As DCASPs são compostas por cinco demonstrativos: o Balanço Patrimonial (BP), que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública; o Balanço Orçamentário (BO), que evidencia a execução do orçamento; o Balanço Financeiro (BF), que demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária; as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), que detalham as mutações no patrimônio da entidade; e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), que descrevem as movimentações de recursos monetários.

Além disso, de acordo com o MCASP, as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, tendo o papel de fornecer um resumo claro das políticas contábeis relevantes, oferecer informações de apoio e detalhamento sobre os itens apresentados nos demonstrativos, além de abordar outras informações relevantes.

Portanto, após a análise dos demonstrativos constantes na **peça 1, fls. 69 a 85**, não foram encontradas evidências de que os documentos apresentados possuam divergências significativas em relação à adequada representação da posição financeira, orçamentária e patrimonial do município no final do exercício financeiro, conforme art. 63, I da LOTCE.

5. RESULTADO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL

Este tópico trata da avaliação dos resultados da atuação governamental do município na perspectiva das políticas públicas empreendidas ao longo do exercício de **2022**.

5.1. Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM

O IEGM é um índice que busca avaliar a efetividade das políticas públicas dos municípios do Estado do Piauí e é composto de 07 indicadores setoriais: Educação;

Saúde; Planejamento; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Gestão de TI e Gestão Fiscal.

Um dos objetivos do índice é oportunizar aos gestores a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do seu planejamento, contribuindo para a transparência e aprimoramento da gestão pública e melhorando a sistemática de acompanhamento e avaliação das políticas públicas, de forma a alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo e fortalecer o controle social.

O IEGM possui 5 (cinco) faixas de resultado, conforme a Figura 3.



Figura 3 – Faixas de resultado do IEGM

A	B +	B	C +	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de adequação	Baixo nível de adequação
maior ou igual a 90%	entre 75% e 89,9%	entre 60% e 74,9%	entre 50% e 59,9%	menor ou igual a 49,9%

Ressalta-se que foram encaminhados os questionários relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM ano base 2022 para que os gestores encaminhassem suas respostas no sistema Capture Web do TCE-PI, em cumprimento aos arts. 35 a 39 da Instrução Normativa nº 06/2022, conforme link <https://www.tcepi.tc.br/controle-externo/iegm/>.

Assim, tão logo os resultados sejam apurados constará em relatório próprio no processo de levantamento TC/009097/2023.

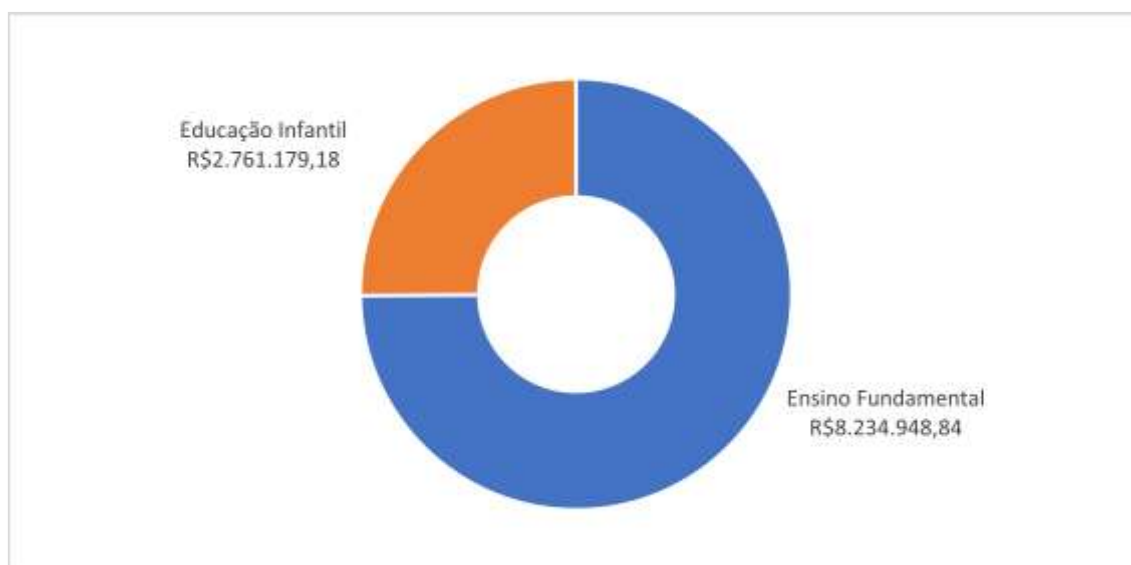
5.2. Educação

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho do cidadão.

Conforme o artigo 211, § 2º da Constituição Federal, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Com isso, os Municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, qual seja, creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (de 6 a 14 anos).

O município de **Colônia do Piauí**, no exercício de **2022**, realizou um total de R\$ 10.996.128,02 em despesas na função educação, conforme detalhado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Total das despesas com educação por subfunção



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção – RREO 6º bimestre

5.2.1. Indicador distorção idade-série

O indicador distorção idade-série é o dado estatístico que acompanha, em cada série, o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

A Lei 9.394/1996 determina que a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano de ensino fundamental e concluir a etapa aos 14 anos.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar, por meio da captura de todas as informações das matrículas com as respectivas idades.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o município de **Colônia do Piauí**, no exercício de **2022**, obteve os percentuais constantes na Tabela 35.

Tabela 35 – Evolução do indicador distorção idade-série de 2019 a 2022

Anos iniciais				Anos finais			
2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
6,30	4,4	2,5	1,2	26,30	18,30	16,4	12,9

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Peça 1, fl.86**

Da análise da Tabela 35, verifica-se que o indicador distorção idade-série está em queda, porém ainda em nível elevado.

Achado 10 (Item 5.2.1) Indicador de distorção idade-série em queda, porém em nível elevado nos anos finais.

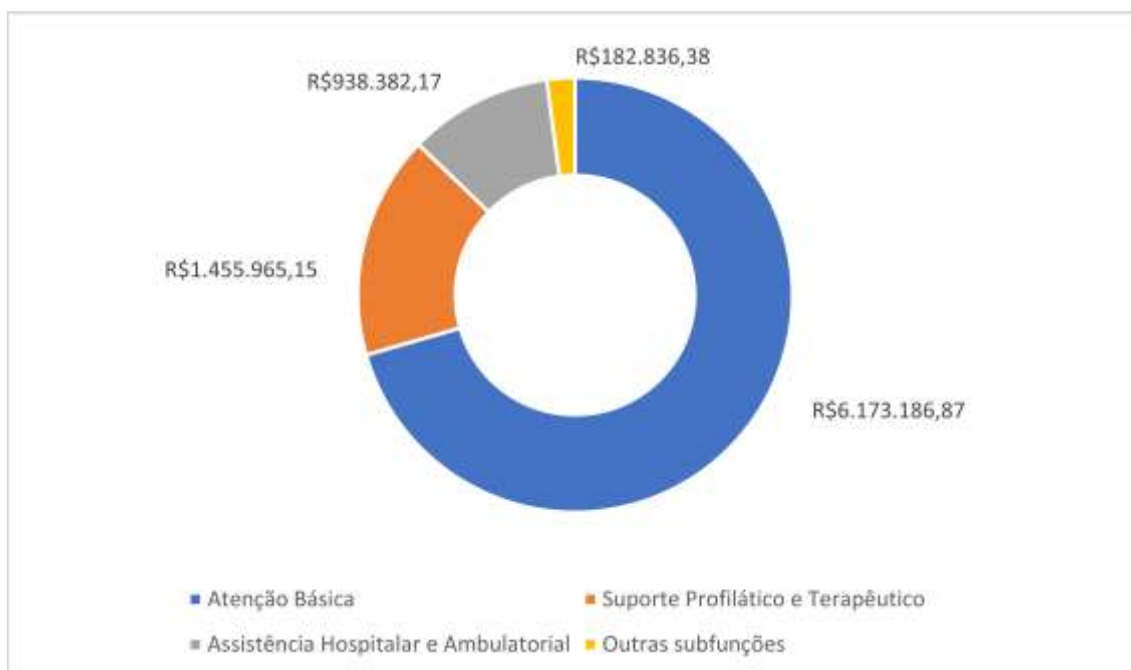
5.3. Saúde

A Constituição Federal de 1988 definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para atingir esse objetivo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade firmados na própria Constituição.

Nesse sistema, os municípios coordenam e planejam o SUS em nível local, respeitando a normatização federal. Além de formular suas próprias políticas de saúde, são parceiros na aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde.

O município de **Colônia do Piauí**, no exercício de **2022**, realizou um total de R\$ 8.750.370,57 em despesas na função saúde (incluindo as despesas intraorçamentárias), conforme detalhado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Total das despesas com saúde por subfunção



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) – RREO 6º bimestre

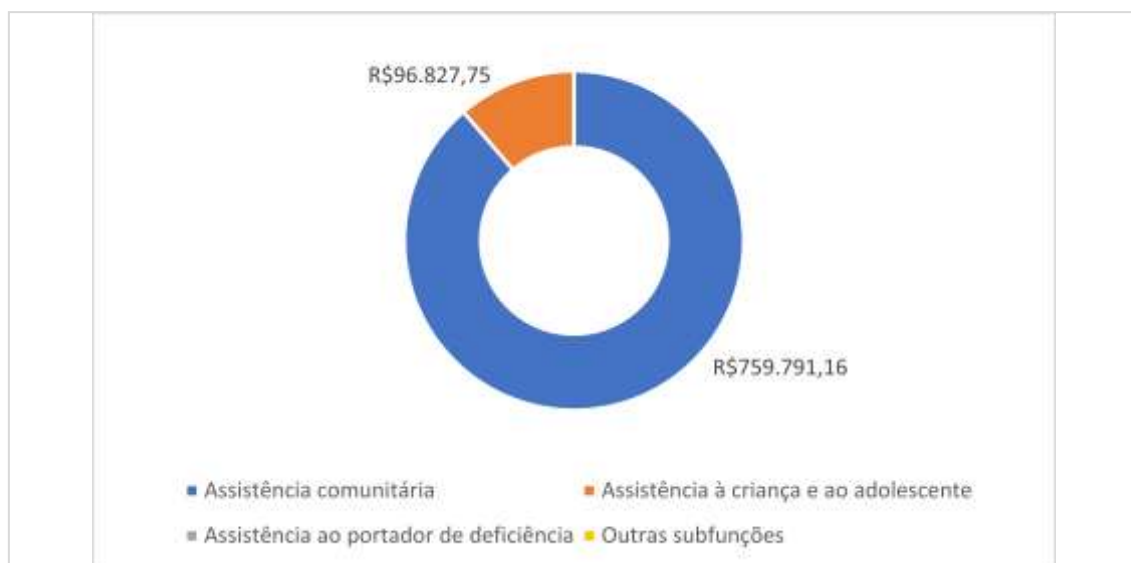
5.4. Assistência Social

A assistência social encontra-se delineada nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal como àquela proteção devida a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Em 1993, com a edição da Lei nº 8.742/1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, organizou-se a assistência social por meio de um sistema descentralizado e participativo o qual é integrado pelos entes federativos, conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social, sendo denominado de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estando a competência dos municípios dispostas no art. 15 da LOAS, cabendo, principalmente as ações de coordenação e execução dos programas a nível local.

O município de **Colônia do Piauí**, no exercício de **2022**, realizou um total de R\$ 856.618,91 em despesas na função assistência social (incluindo as despesas intraorçamentárias), conforme detalhado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Total das despesas com assistência social por subfunção



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção – RREO 6º bimestre – Anexo 02

5.5. Portal da transparência

O portal institucional de transparência do município de **Colônia do Piauí** foi avaliado por esta Corte de Contas segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019.

Na avaliação realizada em **2022**, o município obteve a nota de 46,84%, enquadrando-se na faixa de resultado Básico, conforme resultados disponíveis no painel da transparência⁹.

Na Tabela 36 é possível verificar a evolução (alternância) do portal da transparência do município nos últimos 03 exercícios.

Tabela 36 – Evolução da avaliação do portal da transparência de 2020 a 2022

Descrição/Exercício	2020	2021	2022
Nota	55,06%	82,44%	46,84%
Faixa	Mediano	Elevado	Básico

Fonte: TC 016925/2020 e TC/020142/2021.

⁹ Painel de avaliação da transparência dos portais dos entes estaduais e municipais:
<https://www.tce.pi.gov.br/control-externo/paineis-e-levantamentos/transparencia/>

6. RESUMO DOS ACHADOS

Achado 1 (Item 3.1.) - LDO com informações enviadas em formato diverso ao exigido na Instrução Normativa Nº 05/2021;

Achado 2 (Item 3.1.3.1) - Abertura de créditos adicionais suplementares com autorização legislativa posterior em desconformidade com o art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89;

Achado 3 (Item 3.1.3.2) - Créditos Adicionais: Divergência entre os valores contabilizados e os decretos publicados no DOM;

Achado 4 (Item 3.2) Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU) configurando renúncia de receita;

Achado 5 (Item 3.2.1.) - Insuficiência na arrecadação da receita tributária (IPTU e ITBI);

Achado 6 (Item 3.4.4.) - Descumprimento do limite máximo de despesas de pessoal do Poder Executivo Municipal;

Achado 7 (Item 3.5.) - Descumprimento da meta da dívida consolidada líquida na LDO;

Achado 8 (Item 3.8.) - Insuficiência financeira para cobertura das obrigações financeiras não vinculadas assumidas até o encerramento do exercício;

Achado 9 (Item 3.9.1.) - Execução de despesas com saúde – ASPS oriundas de recursos financeiros decorrentes de impostos e transferências constitucionais em unidades diversas dos fundos de saúde, descumprindo o do artigo 2º, parágrafo único, da LC 141/2012;

Achado 10 (Item 5.2.1.) - Indicador distorção idade série em queda, porém em percentual elevado nos anos finais.

7. CONCLUSÃO

As contas de governo, ora analisada, refletiu a atuação do chefe do Poder Executivo responsável pela gestão municipal no exercício de **2022** nas funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do município.

No exercício, após análise dos documentos que integram o processo de prestação de contas do município de **Colônia do Piauí**, apurou-se os limites dos indicadores constitucionais e/ou legais constantes na Tabela 37.

Tabela 37 – Resumo da apuração dos limites constitucionais e legais

Item	Limite	Apurado	Situação
Créditos adicionais suplementares	≤60,00%	23,82%	Cumpriu
Aplicação em MDE	≥25%	32,72%	Cumpriu
Aplicação dos recursos do FUNDEB com os profissionais da Educação Básica	≥70%	81,76%	Cumpriu
Receita do FUNDEB recebida e não aplicada no exercício	≤10%	-1,40%	Cumpriu
Aplicação do FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	≥50,53%	55,83%	Cumpriu
Aplicação do FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	≥15%	16,68%	Cumpriu
Aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)	≥15%	15,22%	Cumpriu
Despesa de pessoal do Poder Executivo	≤54%	54,22%	Descumpriu
Repasse do duodécimo ao Poder Legislativo	≤7,00%	6,99%	Cumpriu
Dívida consolidada líquida	≤120%	13,37%	Cumpriu
Contratação de operações de crédito	≤16%	0,00%	Cumpriu
Contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO)	≤7%	0,00%	Cumpriu

Conforme o escopo estabelecido no planejamento anual das atividades relativas às contas de governo municipal de **2022**, foram detectados os achados relacionados no **CAPÍTULO 6. RESUMO DOS ACHADOS**, considerados relevantes a ponto de obter repercussão negativa sobre as contas de governo em especial nos aspectos relacionados a:

- Descumprimento de limites constitucionais e legais;
- Inobservância ao dispõe o art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF) e Constituição Federal, art. 30, III, que prescreve a autonomia financeira dos Municípios,

assim como a dos Estados e da União, outorgando-lhes competência para instituir e arrecadar tributos;

c) Inobservância dos princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais relativos à gestão fiscal responsável, quanto ao equilíbrio financeiro e aos limites ou condições para inscrição em restos a pagar, considerando que fontes de recursos negativas indicam realização de empenhos sem a correspondente disponibilidade financeira.

Diante do trabalho realizado, a equipe da Diretoria de Fiscalização de Gestão e Contas Públicas considera o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior, emitindo opinião **Adversa** quanto à apreciação da execução orçamentária, financeira e fiscal e do balanço geral do ente, conforme o art. 19 da Resolução nº 11/2021.

8. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submete-se o presente relatório à consideração superior com as seguintes propostas, colocando-se essa Diretoria à disposição do(a) Relator(a), Sra. FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES, para os esclarecimentos que se fizerem necessários:

a) CITAR o chefe do Poder Executivo municipal, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, para responderem pelos achados apontados neste relatório;

b) Determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias seja encaminhada ao TCE-PI, via sistema Documentação Web (documentação avulsa), cópia da lei que institui, no âmbito do município, a cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU), conforme determina o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020;

c) Determinar que, no prazo de 90 (noventa) dias, o município realize os ajustes administrativos e orçamentários necessários para que, no exercício em vigor quando do trânsito em julgado da decisão e nos exercícios subsequentes, haja o cumprimento do artigo 2º, parágrafo único, da LC 141/2012, de modo que passe a executar apenas mediante fundo de saúde suas despesas com ações e serviços públicos de saúde decorrentes de impostos e transferências constitucionais;

d) Recomendar, observância do cumprimento da meta fixada para Dívida Pública Líquida;

e) Determinar que o gestor observe nas gestões seguintes os prazos para publicação dos decretos de aberturas de créditos adicionais suplementares em conformidade com o art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89;

f) Determinar que o gestor promova mecanismos para evolução quanto à transparência da gestão fiscal, conforme alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 - Lei da Transparência, e pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, bem como o cumprimento da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, entre outros normativos;

g) Recomendar que realize o acompanhamento concomitante da arrecadação e dos gastos por fonte de recursos, a fim de evitar situações de desequilíbrio financeiro, comprometendo o equilíbrio da gestão fiscal;

h) Determinar que o município cumpra o Limite máximo do gasto de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF), combinado com o art. 15 da LC nº 178/2021;

i) DAR CONHECIMENTO do Parecer Prévio que vier a ser prolatado, bem como do voto e relatório que o fundamentam, além do relatório desta unidade técnica ao órgão de controle interno municipal, para que acompanhem e fiscalizem a adoção das medidas saneadoras e evite a reincidência das irregularidades constatadas.

É o relatório.

Teresina, 28 de setembro de 2023.

Assinado digitalmente

José de Jesus Cardoso da Cunha
Auditor de Controle Externo
Mat. 97.037-9 Coordenador

Supervisão:

Assinado digitalmente

Alberto Miranda de Araujo
Auditor de Controle Externo
Chefe Substituto da DFCONTAS1

Assinado digitalmente

Liana de Castro Melo Campelo
Auditora de Controle Externo
Diretora da DFCONTAS

ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 3 está assinada digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	Data e hora
***.00.413-**	JOSE DE JESUS CARDOSO DA CUNHA	28/09/2023 21:33:45
***.00.333-**	ALBERTO MIRANDA DE ARAUJO	29/09/2023 08:18:41
***.00.753-**	LIANA DE CASTRO MELO CAMPELO	29/09/2023 10:58:32

Protocolo: 004321/2022

Código de verificação: 47AFBD11-B6C8-4AFE-8C41-3188D533118E

Portal de validação:

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>

